

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

JESSICA DA SILVA BATISTA
IVORY MARCOS GOMES DOS SANTOS
MARCOS RICARDO DE LIMA

**IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO TRANSIÇÃO DE
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Maceió - AL
2025

JESSICA DA SILVA BATISTA
IVORY MARCOS GOMES DOS SANTOS
MARCOS RICARDO DE LIMA

**IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO TRANSIÇÃO DE
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de especialização
em Gestão Educacional da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial
à obtenção do título de especialista em
Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ricardo de
Lima

Maceió, Alagoas
2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

JESSICA DA SILVA BATISTA IVORY
MARCOS GOMES DOS SANTOS

IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO TRANSIÇÃO DE CRIANÇAS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 29 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente

MARCOS RICARDO DE LIMA

Data: 23/04/2025 11:23:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente

MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES

Data: 24/04/2025 11:39:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador/a- Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes

IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO TRANSIÇÃO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Jessica da Silva Batista¹
Ivory Marcos Gomes dos Santos²
Marcos Ricardo de Lima³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender de que forma a gestão escolar contribui para o processo de transição de crianças da educação infantil para o ensino fundamental, investigando as relações entre as etapas da educação básica. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão de literatura qualitativa em portais de periódicos acadêmicos, incluindo os da CAPES, Scielo, BDTD e Google Acadêmico, com o objetivo de identificar trabalhos publicados no recorte temporal de 2019 a 2024 nos quais foram analisadas práticas de gestão, políticas educacionais e experiências de escolas públicas. O foco foi identificar estratégias que facilitem e aprimorem essa transição. Os resultados indicam que uma gestão escolar eficaz desempenha um papel crucial na facilitação da transição das crianças, promovendo a articulação entre os diferentes níveis de ensino e a formação contínua dos educadores. As práticas de gestão que envolvem a participação ativa das famílias, a formação de equipes pedagógicas e a implementação de políticas educacionais inclusivas foram destacadas como estratégias essenciais para garantir uma experiência positiva para os alunos. A pesquisa ressalta a importância de um ambiente acolhedor e de ações colaborativas que atendam às necessidades das crianças, contribuindo para seu desenvolvimento integral e para a construção de uma educação de qualidade. A continuidade de estudos nessa área é fundamental para fortalecer as práticas de gestão e promover uma transição mais eficaz entre a educação infantil e o ensino fundamental.

Palavras-chaves: gestão escolar; transição; educação infantil; ensino fundamental.

¹ Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Professora de Educação Infantil da rede Municipal de Maceió. jessica22batista@gmail.com.

² Licenciatura em Física, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Professor da rede estadual de Alagoas. ivorymarcos@hotmail.com.

³ Doutor em serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. marcos.lima@delmiro.ufal.br.

ABSTRACT

The present study aimed to understand how school management contributes to the transition process of children from early childhood education to elementary school, investigating the relationships between the stages of basic education. The research was conducted through a qualitative literature review in academic journal portals, including those of CAPES, Scielo, BDTD, and Google Scholar, to identify studies published between 2019 and 2024 that analyzed management practices, educational policies, and experiences in public schools. The focus was on identifying strategies that facilitate and enhance this transition. The results indicate that effective school management plays a crucial role in facilitating children's transition by promoting coordination between different educational levels and the continuous training of educators. Management practices that involve active family participation, the formation of pedagogical teams, and the implementation of inclusive educational policies were highlighted as essential strategies to ensure a positive experience for students. The research emphasizes the importance of a welcoming environment and collaborative actions that address children's needs, contributing to their holistic development and the construction of quality education. Continuing studies in this field is essential to strengthen management practices and promote a more effective transition between early childhood education and elementary school.

Keywords: school management; transition; early childhood education; elementary school.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONCEPÇÕES DE CRIANÇA	9
3. CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR	11
4. LEGISLAÇÃO: ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAMENTAM OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO ESCOLAR	13
5. IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NA TRANSIÇÃO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE DIZ OS ESTUDOS ATUAIS	17
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
7. REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gestão escolar, educação infantil e ensino fundamental não são recentes, considerando as especificidades de cada área. No entanto, a integração dessas áreas, com ênfase no papel da gestão escolar na transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, é um tema que ainda carece de discussões mais aprofundadas.

Embora essas áreas já tenham sido amplamente investigadas, sentimos a necessidade de nos aprofundar, abordando especificamente a gestão escolar. O objetivo é compreender como a gestão escolar pode contribuir para o processo de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental.

Para isso, nos apoiamos no entendimento do papel da gestão escolar, mais especificamente na gestão com uma proposta democrática participativa, capaz de reconhecer que ela não é formada apenas pelo gestor e coordenador pedagógico, mas se estende a todos aqueles que presam pelo bom funcionamento das atividades da instituição. Segundo Heloísa Lück (2009, p. 23),

a gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola. Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos.

Pelo exposto, temos uma visão geral de quem são os sujeitos constituintes da gestão escolar e constatamos, a partir do conceito apresentado, como deve ser o trabalho dos gestores para atingir um dos objetivos da gestão democrática, que é a aprendizagem satisfatória para uma boa formação.

Portanto, buscaremos investigar as relações entre gestão escolar e a transição da educação infantil para o ensino fundamental, com o objetivo de identificar caminhos para facilitar essa transição nas escolas públicas. Nossa intenção é apresentar resultados capazes de contribuir para o aprimoramento desse processo.

Consideramos que o trabalho da gestão alinhado ao processo de transição das crianças de uma fase da educação para outra pode trazer muitos benefícios, ajudando as crianças a terem sucesso na vida escolar, pois as vivências que acontecem nessa época serão levadas para toda vida. Por esse motivo, acreditamos ser fundamental

trabalhar com essa temática. Assim, desejamos apresentar como a gestão escolar aborda esses processos, considerando que ela visa, segundo Libâneo (2015, p. 88):

promover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula; promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem; garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos.

Para o desenvolvimento do presente artigo, discutiremos as principais concepções de criança e gestão escolar, visando proporcionar discussões que ampliem o conhecimento nesse campo em constante evolução. Buscando, portanto, a articulação de dois temas aparentemente distintos, porém, pautados em interesses e valores convergentes: a gestão escolar e a transição da educação infantil para o ensino fundamental.

A partir dessas colocações, buscamos subsídios para os seguintes questionamentos: quais as dificuldades encontradas, no processo de transição, pelos gestores escolares? Quais ações favorecem o desenvolvimento de uma transição respeitosa para as crianças?

2. CONCEPÇÕES DE CRIANÇA

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1991) afirma em seu artigo 2º que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos” (BRASIL, 1990 p.1). Nesse sentido, o presente trabalho tem como recorte aquelas que estão entre os 5 e 6 anos de idade, fase que abrange o final da educação infantil e início do ensino fundamental.

Os estudos de Ariès mostram que a criança antigamente era considerada um adulto em miniatura e que não possuía muitas perspectivas de desenvolvimento. Mas, ao longo do tempo, essa perspectiva mudou e hoje ela é vista como um ser social, histórico e cultural. Unindo-se a ideia disposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009) que diz que a criança

é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta,

narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1).

As crianças eram desconsideradas, frequentemente tratadas como seres passivos, sujeitos a ação dos outros. Harmbach (2023) nos faz refletir sobre como as crianças foram invisibilizadas ao longo do tempo e como a escola falha em reconhecer seu potencial e seus conhecimentos na organização e desenvolvimentos de práticas educativas respeitosas e inclusivas. Como afirma a autora:

as crianças, tal qual outras minorias, foram oprimidas por décadas: não tinham direito à voz, às escolhas; sempre fizeram parte do grupo invisível, principalmente nas unidades escolares. No início de sua história, em meados no século XIX, as escolas de Educação Infantil brasileiras concebiam a criança como uma flor a ser regada [...] posteriormente, na década de 1970, vivenciamos a Educação Infantil como educação compensatória, pautada no cuidar e nos exercícios repetitivos, sem levar em conta que as crianças das classes menos favorecidas tinham algum conhecimento que pudesse ser considerado.” (HARMBACH, p. 34, 2023).

Entretanto, ser criança e viver a infância vai além de um direito; para alguns, é um privilégio. O que está escrito nas leis nem sempre se traduz em realidade, e isso resulta em muitas crianças perdendo a oportunidade de desfrutar de sua infância. Elas acabam assumindo responsabilidades que não são adequadas à sua idade, como trabalhar para ajudar os pais, deixar de frequentar a escola e não ter tempo para brincar. Kramer (2007) destaca que apesar das crianças terem o direito de brincar e de ser crianças, “para muitas, o trabalho é imposto como meio de sobrevivência.”

A infância não é um conceito único; pelo contrário, ela tem várias vertentes. Considerando as diversas infâncias e sua variação de acordo com a história e a cultura. Nesse sentido, Barbosa (2006) destaca que “a infância não pode deixar de ser entendida como uma construção social que não pode ser dissociada de outras variáveis da análise social”. Essa visão nos faz refletir sobre como as experiências infantis são moldadas por contextos sociais e culturais, enfatizando a importância de considerar essas variáveis na formulação de práticas educativas.

A compreensão contemporânea da infância tem se afastado de visões tradicionais que tratam a criança apenas como um potencial futuro. Essa perspectiva ressalta a importância de reconhecer a criança como um sujeito de direitos, que deve ser valorizada em sua totalidade no presente, e não apenas vista como um projeto. Essa mudança de paradigma é fundamental para a construção de práticas pedagógicas que promovam a autonomia e a participação ativa das crianças no

ambiente escolar, refletindo um compromisso com uma educação inclusiva e respeitosa.

Vistas em suas possibilidades físicas, cognitivas, afetivas e sociais, a criança é considerada um ser ativo, capaz de participar do processo educativo com seus conhecimentos e experiências e de alcançar, progressivamente, a autonomia. Deixa, portanto, de ser pensada como um projeto de homem futuro para ser vista como alguém hoje, ser ativo e sujeito de direitos, bem como de suas ações. GOBBI; PINAZZA (2015, p.11).

É essencial reconhecer que as crianças são sujeitos sociais e históricos, moldadas pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. Elas não são apenas cidadãos com direitos, mas também agentes ativos na produção e transformação da cultura ao seu redor, KRAMER (2007). Essa compreensão nos leva a refletir sobre a importância de garantir um ambiente que respeite suas vozes e experiências, permitindo que se desenvolvam plenamente enquanto indivíduos e contribuam de maneira significativa para a sociedade.

Essas considerações nos permitem ter uma visão mais aprofundada sobre as crianças que passam pela transição das etapas da educação, bem como por toda a sua jornada educacional.

3. CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR

É possível observar diversas abordagens na gestão escolar. A legislação brasileira estabelece a gestão democrática como a abordagem fundamental para o funcionamento da educação pública no país, promovendo a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de um ambiente educacional inclusivo e colaborativo.

É complexo definir gestor escolar na atualidade. Os autores Monteiro e Motta (2013) fazem alusão a um avião e seu comandante. Caso o comandante da aeronave não saiba que caminho seguir, as consequências são catastróficas. Do mesmo modo, o gestor escolar, é ele que comanda a escola, que direciona, que organiza as ações e procedimentos a seguir para chegar ao ponto final: a aprendizagem do aluno.

escolas devem assumir compromissos com seus “passageiros”, para que “pousem” em segurança em seus destinos. Para isso, precisam dispor de instrumentos que garantam esses compromissos e que permitam contornar os obstáculos que põem em risco as vidas e os

valores que transportam. Isso implica dar atenção prioritária e estratégica ao papel do gestor escolar, aos recursos de que dispõe e dos quais deve fazer uso e, principalmente, à concepção sobre aquilo que ele, afinal, tem que fazer voar direito. (2013, p.2).

Dentro da gestão democrática um representante deve ser eleito para conduzir as ações dentro da instituição de ensino e essa figura é o gestor escolar. Eleito por meio de eleição, escolhido por todos da comunidade escolar. Nesse contexto, faz-se necessário uma definição de quem é esse gestor e qual seu papel na escola. Para isso, fazemos uso das ideias de Libâneo (2015, p. 95-96):

O diretor de escola é responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico. [...], entretanto, na escola, ele desempenha predominantemente a gestão geral da escola e, especificamente, as funções administrativas (relacionadas com o pessoal, com a parte financeira, com o prédio e os recursos materiais, com a supervisão geral das obrigações de rotina do pessoal, relações com a comunidade).

Com isso, vemos a amplitude do alcance das ações dos gestores escolares. Pois, trabalhando coletivamente com a comunidade, ele precisa executar as decisões estabelecidas coletivamente. Entendendo o “papel do diretor como um líder, uma pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum”. Libâneo (2015, p. 97)

Após essa reflexão, é fundamental reconhecer que o gestor escolar desempenha um papel crucial na criação de um ambiente propício à aprendizagem. Para que a escola atinja seus objetivos educacionais, é necessário que o gestor não apenas administre recursos, mas também inspire e mobilize a equipe docente, alunos e a comunidade. Isso envolve a construção de uma cultura escolar colaborativa, onde todos se sintam parte do processo e contribuam ativamente para o desenvolvimento da instituição.

Além disso, o gestor deve estar atento às demandas contemporâneas, buscando constantemente inovações que possam enriquecer o processo educativo. A formação contínua, a capacitação da equipe e a utilização de tecnologias educacionais são algumas das estratégias que podem ser adotadas para superar os desafios e garantir que a escola "pouse" com segurança em seus objetivos. Dessa

forma, a liderança do gestor se torna um fator determinante para o sucesso da escola, refletindo diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos.

A LDB, em seu artigo 3º, estabelece princípios fundamentais que devem orientar o ensino, incluindo a "gestão democrática do ensino público". Esse princípio também é reafirmado em outros documentos oficiais, como a Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Esses documentos visam garantir a efetiva participação da comunidade escolar, incluindo alunos, professores e funcionários, nas decisões que afetam o ambiente educacional. Essa abordagem busca promover uma gestão mais inclusiva e colaborativa, fortalecendo o compromisso de todos com a qualidade da educação.

4. LEGISLAÇÃO: ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAMENTAM OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO ESCOLAR.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 29, afirma que a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Já sobre o ensino fundamental, no artigo 32 da mesma Lei diz que o ensino fundamental é “obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão”.

Esse período em que acontece a transição da educação infantil para o ensino fundamental ocorre na primeira infância. Fase que abrange o período do nascimento até os 6 anos. Uma fase sensível onde são formadas estruturas emocionais e afetivas que surgem e associam-se ao desenvolvimento cerebral da criança, relacionados à formação da personalidade, do caráter e da capacidade de aprender. Todo esse processo desempenha um papel fundamental na transição das crianças para a próxima etapa da educação.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um marco em relação à educação brasileira, pois nela podemos identificar diretrizes que garantem uma educação de qualidade, que respeita às crianças em sua integralidade, tempos e aprendizagens. Esse documento também nos direciona o olhar para o cuidado com a transição entre as etapas de ensino, dizendo que:

a transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapas. (BRASIL, 2017, p. 51).

A transição entre a educação infantil e o ensino fundamental é um momento de grande importância no desenvolvimento das crianças, podendo ser observado nos aspectos a seguir: a mudança para o ensino fundamental anuncia um novo ambiente, novos sujeitos, rotinas e espaços diferentes dos que estavam acostumados, que revelam concepções que muitas vezes não dialogam com o que era praticado na fase anterior, como diz as Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede municipal de Maceió, “de um ano para o outro ela se vê diante de um ambiente que é muito diferente do que está acostumada, com novas regras e limitações que nem sempre ressoam com sentido para elas”.(MACEIÓ, 2015. p. 209).

Neste cenário, a gestão escolar desempenha um papel crucial. Uma gestão eficaz é capaz de implementar estratégias que promovam uma transição suave e acolhedora. Por isso, buscamos com esse trabalho compreender de que forma a gestão escolar contribui para o processo de transição de crianças da educação infantil para o ensino fundamental.

Nesse sentido, um documento fundamental que orienta sobre a continuidade de vivências e aprendizagens no processo de transição são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que orientam as instituições de educação infantil a:

prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registros – portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças – que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma instituição ou entre instituições, para assegurar às crianças a continuidade de seus processos peculiares de desenvolvimento e a concretização de seu direito à educação. (BRASIL, 2009, p. 17).

Complementando essa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove), que em seu artigo 29 nos mostram a importância de uma articulação contínua entre as duas etapas da educação básica, reconhecem que as crianças são protagonistas de suas aprendizagens e possuem conhecimentos e habilidades antes mesmo de adentrarem no ensino fundamental, ressaltando o caráter lúdico do ensino para melhor desenvolvimento das aprendizagens. Nesse sentido, as Diretrizes afirmam:

a necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil”. Reconhecendo que “os alunos já aprenderam antes de sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização. (BRASIL, 2010, p. 8).

Vê assim, uma preocupação das duas etapas de ensino com o planejamento e organização dessa transição. Com previsões legais e pedagógicas para garantia de um processo respeitoso e proveitoso para as crianças, público alvo desse processo.

As Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede municipal de Maceió é um documento orientador da prática pedagógica, explicitando concepções e orientações importantes que servem como guia do trabalho educativo. Esse documento reforça proposta de articulação de conceitos e práticas entre as instituições de educação infantil e as de ensino fundamental, propondo o entendimento das especificidades de cada etapa e o estabelecimento de estratégias que assegurem uma transição tranquila para as crianças, respeitando as aprendizagens e também a infância.

Estabelecer pontes entre a educação infantil e ensino fundamental pode contribuir para um maior conhecimento das práticas desenvolvidas na educação infantil e uma tomada de consciência de que as crianças não deixam de ser crianças quando ingressam no ensino fundamental, que seu corpo e movimento continuam a ser instrumentos para o desenvolvimento do pensamento e inteligência e que a brincadeira continua sendo um grande veículo de aprendizagem e, sobretudo, um direito inalienável da criança que precisa ser respeitado e garantido. (MACEIÓ, 2015, p. 207).

À medida que as crianças mudam de espaços e professores, é fundamental que educadores e gestores tenham um olhar sensível sobre essas mudanças.

reconhecer que as crianças não apenas mudam de ambiente, mas também enfrentam novas dinâmicas sociais e emocionais, é um passo importante para garantir que elas se sintam seguras e acolhidas, garantindo que cada transição seja vista como uma oportunidade de crescimento e aprendizado. Diante disso, o referencial curricular de alagoas para educação infantil diz que:

A educação infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, pressupõe algumas transições que vão da inserção até a saída da criança na instituição de educação infantil. [...] Com o passar dos anos as crianças vão mudando de espaços e professores, o que exige um olhar sensível sobre essa transição. É necessário considerar a etapa do desenvolvimento infantil e os desafios que a criança precisa superar nessa relação coletiva (ALAGOAS, 2019, p. 122).

De acordo com o mesmo documento, vemos que ele deixa claro um ponto que deve ser bem refletido pelos sujeitos envolvidos com esse processo. É a questão do quanto a transição da educação infantil para o ensino fundamental é delicada e requer atenção e cuidado no planejamento das ações, pois é um período onde se inicia uma nova jornada para criança com novas expectativas, desafios e oportunidades de aprendizagem. De acordo com o documento mencionado:

A transição mais delicada e que requer uma atenção especial ocorre na saída da criança da educação infantil para o ensino fundamental. Nesse caso, é necessário o diálogo entre as instituições de saída e chegada da criança, alinhando a proposta de ambas no sentido de considerar as especificidades de suas etapas sem perder de vista a condição de criança a partir de suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem. (ALAGOAS, 2019, p. 122-123).

Promover essa articulação é essencial para garantir que a criança se sinta acolhida e preparada para enfrentar os novos desafios, assegurando uma continuidade no processo educativo que respeite seu ritmo e potencialize seu aprendizado.

Diante das reflexões anteriores sobre os principais aspectos da transição da educação infantil para o ensino fundamental, é fundamental aprofundar a discussão sobre o papel da gestão escolar nesse processo de transição, buscando respaldo nas atuais pesquisas sobre a temática.

5. IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NA TRANSIÇÃO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE DIZ OS ESTUDOS ATUAIS

A transição da educação infantil para o ensino fundamental representa um período significativo na trajetória educacional das crianças, exigindo adaptações tanto acadêmicas quanto emocionais. Como também representa um novo ciclo de aprendizagens e desafios. A gestão escolar desempenha um papel fundamental nesse processo, influenciando a adaptação das crianças e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a continuidade da aprendizagem, assegurando que a mudança ocorra de maneira harmoniosa e eficaz. Neste contexto, é essencial analisar como as estratégias de gestão podem facilitar essa transição, promovendo uma experiência mais integrada e positiva para os alunos.

Para tal fim, realizamos uma pesquisa bibliográfica em portais de periódicos acadêmicos, incluindo os da CAPES, Scielo, BDTD e Google Acadêmico, com o objetivo de identificar trabalhos publicados no recorte temporal de 2019 a 2024. Embora existam diversas pesquisas sobre a transição entre os dois níveis da educação básica, constatamos que há uma escassez de estudos que abordem especificamente o papel da gestão nesse processo.

A participação de todos os envolvidos nesse processo de transição é de grande importância. Através da participação ativa, a gestão democrática se efetiva, permitindo que todos façam parte das decisões e do funcionamento da instituição. BARBOSA; RODRIGUES, 2022, apontam em seu estudo que há uma mobilização da equipe gestora em relação a discussão da transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental trazendo a participação dos pais nesse processo. Elas mostram que a instituição estudada convoca pais e responsáveis para uma reunião para tratar, entre outros assuntos, da transição para o fundamental. Essa reunião visa preparar esses sujeitos sobre o que precisam saber e fazer com as crianças.

Vendo assim, um cuidado e atenção para tratar desse assunto previamente com os responsáveis, não deixando para última hora. Tem-se também, segundo a pesquisa das autoras, uma orientação da rede de ensino para que as crianças sejam direcionadas para as escolas de ensino fundamental mais próximas da escola de educação infantil. Orientando também que os responsáveis visitem as instituições para conhecer os espaços.

Mendes (2024) destaca um ponto que merece atenção e reflexão, que as discussões sobre a transição devem se estender a questões mais amplas, no âmbito das políticas públicas. Indicando que conforme os documentos legais, a orientação predominante é tratar esse assunto internamente nas instituições, o que pode limitar a abordagem e a eficácia das soluções propostas.

A transição deve ser tratada internamente nas instituições de ensino, descaracterizando, então a urgência de se discutir etapas transitórias na educação básica, de modo geral, como política pública educacional que acontece recorrentemente e anualmente nos sistemas de ensino brasileiros, seja em ordem pública ou privada. Consequentemente, as pesquisas aqui levantadas dão conta que a transição das crianças pequenas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental acontece, de fato, nos interiores das escolas e de modo individualizado e que essa transição é documentada como projeto didático pedagógico pontual por tais instituições. (MENDES, 2024. p. 184)

Essa questão da elaboração de uma política pública da transição também está presente na pesquisa de MANDU; VERCELLI, ao afirmarem que diante da pesquisa que realizaram, constataram que:

as ações de articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental, embora previstas em diversas publicações federais e municipais, ainda ocorrem de maneira pontual, em uma ou outra rede de ensino, em escolas específicas, dependendo sempre do entendimento dos profissionais que ali trabalham, revelando a necessidade de política pública que assegure a realização destas ações. (MANDU; VERCELLI, 2023. p. 100).

O trabalho de elaboração de estratégias para transição das crianças entre as etapas da educação básica deve acontecer de maneira conjunta, em momentos coletivos que envolvam todos os sujeitos participantes desse processo. Mobilizando a rede de ensino na elaboração e implementação de uma política pública.

A gestão escolar tem um papel determinante na transição da educação infantil para o ensino fundamental, devendo implementar estratégias que promovam a continuidade pedagógica, o acolhimento das crianças e a participação das famílias, assegurando um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos alunos. Ainda segundo Mendes (2024), vemos uma proposição de metas educacionais propostas pelos gestores pesquisados que visam ações para transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental. Entre as metas propostas estão: rodas

de conversa com as crianças sobre a ida para o primeiro ano do fundamental; escuta das crianças sobre os primeiros momentos no primeiro ano do fundamental; parceria entre escola e família com reuniões para explicar o processo de transição; parceria entre escola e família para explicar a nova rotina no primeiro ano do fundamental; promover socialização e troca de experiências entre os educadores da educação infantil e do ensino fundamental juntamente com as equipes gestoras, entre outras.

Além disso, a gestão escolar deve promover a formação contínua dos educadores, capacitando-os a lidar com as particularidades desse período de transição. Professores bem preparados podem oferecer um suporte emocional e pedagógico essencial, ajudando as crianças a desenvolverem suas habilidades sociais e acadêmicas. A comunicação entre a escola e as famílias também é vital, pois permite que os pais estejam informados sobre as mudanças e possam apoiar seus filhos durante essa fase. Pois segundo Libâneo (2015, p. 97) “a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade social circundante, mas integrada numa sociedade que interage com a vida social mais ampla”.

Olhar sensível e criterioso para a escrita/produção dos relatórios descritivos que serão enviados para as unidades de ensino fundamental, no intuito de apresentar o percurso que a criança trilhou na educação infantil e quais as suas necessidades de aprendizagem. bem como a construção de um Projeto Político Pedagógico - PPP que contemple as ações de transição, para que seja um elemento norteador das ações.

Mandu e Vercelli (2023) indicam algumas necessidades que está presente na realidade das instituições e dos profissionais que atuam com essa etapa da educação básica:

- a) Garantia de indicação de um período do ano, no calendário letivo, para que ações de articulação aconteça;
- b) Elaboração de um documento oficial pela SME de São Paulo, de forma coletiva, envolvendo os profissionais da rede municipal de educação, que indique como devem ser organizados os espaços das escolas de ensino fundamental, pois há apenas documentos indicando como devem ser os ambientes educativos da educação infantil;
- c) Realização de formação conjunta entre os professores de educação infantil e de ensino fundamental, promovida pela SME/SP;
- d) Participação de todos os profissionais de educação, incluídos os supervisores escolares, na elaboração de políticas públicas de transição. (MANDU; VERCELLI, 2023. p. 152-153).

Considerando que para uma transição de sucesso aconteça é essencial a participação de outros atores educativos como apontam Mandu e Vercelli (2023, p.

154): “para tal articulação ocorra de maneira exitosa, é necessária a participação de muitos atores educativos”.

Além disso, a elaboração de planos de transição específicos, como o implementado no município de Lucas do Rio Verde, MT, demonstra a eficácia de estratégias que incluem monitoramento e acompanhamento para facilitar essa passagem. Tais iniciativas auxiliam na adaptação das crianças e na integração entre família e escola (CAVICHOLI, 2022).

Outro aspecto importante é a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, onde as crianças possam expressar suas emoções e preocupações. A gestão escolar deve garantir que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas experiências anteriores. Isso contribui para que a transição não seja apenas uma mudança de espaço físico, mas uma verdadeira continuidade do processo de aprendizado e desenvolvimento emocional.

A gestão escolar também deve promover a comunicação efetiva com as famílias, esclarecendo dúvidas e envolvendo os pais no processo de transição. A participação ativa dos responsáveis é essencial para que a criança se sinta segura e pronta para iniciar uma nova fase (MASSUCATO; MAYRINK, 2015).

Dessa forma, podemos perceber que há muitas possibilidades e estratégias para aplicar na situação da transição da educação infantil para o ensino fundamental, estratégias essas que requerem comprometimento e responsabilidade dos sujeitos envolvidos, pois esse trabalho não pode ser realizado de qualquer forma. A pesquisa mostra esse compromisso nas ações dos gestores escolares e demais indivíduos.

6. Considerações finais

A gestão escolar exerce um papel fundamental na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, sendo imprescindível que essa gestão respeite os ritmos e os processos de aprendizagem das crianças. A criação de um ambiente acolhedor e estimulante é vital, pois permite que os alunos se sintam seguros e motivados a explorar e aprender em um novo contexto.

Para que essa transição ocorra de maneira eficaz, é necessário promover uma articulação cuidadosa entre os diferentes níveis de ensino. Isso envolve o planejamento de ações que considerem as especificidades de cada criança, além de garantir que os educadores estejam continuamente formados e atualizados. A escuta

ativa das crianças e a participação das famílias são elementos essenciais nesse processo, pois ajudam a construir um entendimento mais profundo das experiências e das dificuldades enfrentadas pelos alunos.

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser um espaço de diálogo e colaboração, onde as vozes de todos os envolvidos – educadores, crianças e famílias – sejam ouvidas e respeitadas. Essa abordagem não apenas fortalece a integração entre os níveis de ensino, mas também assegura que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas, promovendo um acolhimento genuíno.

Entretanto, é importante destacar que a falta de políticas públicas que sustentem essas iniciativas representa um desafio significativo. A dificuldade de acesso a ações formativas e as barreiras burocráticas enfrentadas pelos profissionais da educação podem comprometer a implementação eficaz dessas estratégias. Portanto, é urgente que se busquem soluções que garantam a efetivação de ações de transição, promovendo uma educação mais coesa e inclusiva.

Assim, ao priorizar uma gestão participativa e a formação contínua dos educadores, estaremos não apenas facilitando a adaptação das crianças a um novo ambiente escolar, mas também contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Dessa forma, podemos construir uma base sólida para uma educação de qualidade, que prepare as crianças para os desafios do futuro e que valorize cada etapa do seu processo de aprendizagem

7. Referências

ALAGOAS. Secretaria de estado da educação de Alagoas. **Referencial Curricular de Alagoas para Educação Infantil**. 2019.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada; RODRIGUES, Letícia Nunes. **As crianças do jardim de infância à escola classe**: a transição do Distrito Federal. Revista Vagalumear. [S.l.], v. 2, n. 3, p. 137-153, jan. 2023. ISSN 2763-9916. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2605>. Acesso em: 25 de dezembro de 2024.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da educação. **Base nacional comum curricular**. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 25 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 25 dez. 2024.

CAVICHIOLO, S. K. B. **Transição escolar da educação infantil para o ensino fundamental**: Eventos Pedagógicos, v. 13, n. 2, p. 326–338, 30 jun. 2022.

HARMBACH, Marcia Covelo. **Gestão democrática**: minúcias, dizeres e fazeres do Conselho Mirim na Educação Infantil. São Paulo: Panda Books, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede municipal de Maceió**. Maceió: Edufal, 2015.

MANDU, Luciana Ramalho Santana; VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **A transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: contribuições da supervisão escolar.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MASSUCATO, M.; MAYRINK, E. D. **Como fazer a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.** Gestão Escolar, 5 fev. 2015. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1484/como-fazer-a-transicao-da-educacao-infantil-para-o-ensino-fundamental>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MENDES, Gisele Meireles. **A transição de crianças pequenas da educação infantil para o 1º ano do ensino fundamental: análise sobre metas e práticas educativas potentes a partir da perspectiva dos gestores escolares no município de São Bernardo – MA.** Revista Mutlidebates, v. 8, n. 2. Palmas-TO, abril de 2024. ISSN: 2594-4568. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/809> . Acesso em 25 de dezembro de 2024.

MONTEIRO, Eduardo; MOTTA, Arthur. **Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.